

## **Aprovação da PEC Emergencial piora prestação de serviços à população**

O Senado aprovou nesta quinta-feira (04), em segundo turno, a PEC Emergencial. A aprovação em primeiro turno acontecera na quarta-feira (3). Na prática, a medida afeta servidores públicos e prejudica a prestação de serviços à população.

A proposta, apresentada em novembro de 2019 por Paulo Guedes, era encarada como prioridade do governo. No entanto, com a pandemia da covid-19, foi deixada em segundo plano e voltou à discussão quando o governo atrelou a sua aprovação pelo Congresso à continuidade do pagamento do Auxílio Emergencial.

O que diz o texto aprovado pelo Senado

Pelo texto aprovado nesta quinta, o governo poderá gastar até R\$ 44 bilhões com o pagamento do auxílio, sem que os valores sejam contabilizados no teto de gastos. O governo deve enviar ao Congresso uma MP (Medida Provisória) com a previsão de quatro parcelas do novo auxílio, com valor de R\$ 250.

Partidos de oposição ao governo ainda tinham esperanças de aprovar um destaque feito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que pretendia tirar do texto o limite para gastos com o auxílio, assim, seria possível que o governo gastasse o quanto achasse necessário com o benefício em 2021. O destaque foi rejeitado.

Mas, para aprovar a extensão do auxílio, o governo apresentou uma contrapartida: o texto da PEC mantém os chamados "gatilhos", que são medidas acionadas automaticamente em momentos de crise fiscal.

Dentre as medidas, estão barreiras para que União, estados e municípios criem despesas obrigatórias. Sendo assim, impede-se a realização de novos concursos públicos e também de concessão de ajustes a servidores.

Cabe lembrar que, hoje, faltam servidores em áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social. Com a aprovação da PEC, esse quadro deve ser agravar. E não podemos esquecer, que caso a PEC Emergencial seja aprovada na Câmara dos Deputados, o governo vai vir com força total para aprovar a reforma administrativa!

**Essa crise não é nossa!**

**Não à PEC Emergencial!**

**Não à reforma administrativa!**

## **Ebserh quer apresentar proposta compensatória à mudança da base de cálculo do adicional de insalubridade**

No dia 05/03, a Condsef/Fenadsef recebeu um despacho do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em que o Ministro vice-presidente, Luiz Philippe Vieira de Melo Filho deferia um pedido da Ebserh de ampliação do prazo para a "finalização de uma proposta de contrapartida financeira com o objetivo de compensar os efeitos da mudança da base de cálculo do adicional de insalubridade do salário base para o salário mínimo".

O TST concedeu dilação do prazo para a Ebserh até o dia 12/03. E somente a partir da avaliação da proposta pelos trabalhadores é que uma nova reunião de mediação será marcada! Isso é um completo absurdo! Há mais de um ano, os (as) trabalhadores (as) da Ebserh vêm tentando negociar, sem sucesso, o Acordo Coletivo (ACT) 2020/2021!

E esse pedido de dilação de prazo para que a empresa apresente uma "proposta compensatória", demonstra que a empresa permanece firme na intenção de mudar a base de cálculo do adicional de insalubridade do salário base para o salário mínimo! O acréscimo dessa cláusula no ACT resultará na redução de até 27% da remuneração de vários trabalhadores.

**Não podemos aceitar isso! Mobilização já!**

### **Nota de Repúdio - Chega de "mimimi", Bolsonaro!**

No momento em que o Brasil caminha para a triste marca de 300 mil mortes por covid-19, o presidente Jair Bolsonaro desfere ataques contra o próprio povo, debochando de recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), como o distanciamento social, e desprezando a gravidade de uma pandemia que tem levado milhões de famílias ao mais profundo sofrimento.

Bolsonaro, com seu habitual deboche e descaso, chamou de "frescura" e "mimimi" as determinações de fechamento de atividades não essenciais para contenção do vírus.

Repudiamos mais esse ataque do presidente. É ele - que não controlou o coronavírus e não assegurou o sustento econômico das famílias - que precisa parar com o "mimimi". Com Bolsonaro, o Brasil caminha para um abismo sem precedentes: sem o auxílio, sem saúde, sem educação, sem emprego, sem direitos! Bolsonaro abandonou o povo brasileiro à própria sorte. Isso sem falar do atraso na vacinação e do descontrole da disseminação do vírus.

### **SINDSEP-MG alerta para mais um golpe na praça**

Os servidores públicos, sejam ativos, aposentados e/ou pensionistas, devem ficar muito atentos. Isso porque de tempos em tempos surgem golpes contra os trabalhadores. No ano passado, o SINDSEP-MG alertou os (as) filiados (as) quanto a cartas enviadas por escritórios de advocacia particulares para tratar de ações na Justiça em relação a caixas de pecúlio. E agora chegou até o sindicato, uma denúncia de servidores da região do Norte de Minas que estão recebendo ligações de pessoas afirmando que tem informações sobre o processo de restituição de seguros privados, como a antiga Capemi. O servidor é orientado a entrar em contato com uma pessoa em Brasília - que supostamente está de posse dos valores referentes a esse processo. Mas o servidor terá de depositar um determinado valor para receber o dinheiro.

Portanto, nunca revele senhas, muito menos faça qualquer tipo de depósito a fim de que valores de ações judiciais sejam liberados mais rapidamente. Em casa de dúvida, entre em contato com o Sindicato.